



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO N.º de 2019
(Do Sr. Eduardo Barbosa)

Requer a realização de audiência pública para debater sobre a saúde do professor frente à reforma da previdência social.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública para debater sobre a saúde do professor frente à reforma da previdência social, com a presença dos seguintes convidados:

1. Iône Vasques-Menezes – Professora e Pesquisadora do Laboratório de Psicologia do Trabalho da UnB;
2. Adriane Mesquita de Medeiros – Professora e pesquisadora do Núcleo de estudos em Saúde e Trabalho da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG);
3. Heleno Araújo Filho – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); e
4. Bruno Bianco Leal – Secretário Especial Adjunto de Previdência e Trabalho.

JUSTIFICATIVA

A discussão da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 6/2019, que visa modificar o sistema de previdência social no País precisa ser discutida frente às especificidades de cada profissão.

A intenção dessa Audiência Pública é buscar o entendimento do que seja um aumento razoável de tempo de trabalho e de contribuição dos professores da educação básica do País.

Pelo texto da PEC, as novas regras propostas para o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) e para os Regimes Próprios de



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado EDUARDO BARBOSA

Previdência Social (RPPS) definem que para se aposentarem os professores, de ambos os sexos, deverão cumprir, cumulativamente, 60 anos de idade e 30 anos de contribuição exclusivamente em efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

Frente a essa intenção de mudança na lei, a saúde do professor deve ser discutida com muito cuidado, guiados pelo critério da razoabilidade do dever funcional e da saúde do profissional, numa perspectiva da carreira.

No cenário atual, o quadro do magistério já apresenta muitos problemas laborais que necessitam ser reconhecidos para avançar na discussão.

Estudos e reportagens veiculadas na imprensa apontam que os professores brasileiros são adoecidos. Cerca de 69% deles já precisaram faltar ao trabalho por problemas de saúde. Ansiedade, estresse, dores de cabeça e insônia estão entre os principais problemas que afetam educadores, além de problemas da voz. A rotina desgastante leva os docentes a se queixarem sobre esgotamento físico e mental.

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em parceria com o Ministério da Saúde (MEC), está realizando uma pesquisa que aponta, em seus resultados preliminares, que 17,7% dos professores do Brasil sofrem com problemas vocais, 14,6% com problemas respiratórios e 14,5% com problemas emocionais.

Neste sentido, pretendemos discutir nessa Comissão de Educação, sob o viés da saúde do professor, as exigências contidas no texto na reforma da previdência social e as condições humanas de cumpri-las numa perspectiva de carreira, somando tempo de contribuição exclusivamente em efetivo exercício no magistério e idade mínima.

Assim, contamos com a colaboração dos nobres pares para aprovação deste Requerimento de Audiência Pública.

Sala das Comissões, 26 de março de 2019.

Deputado Eduardo Barbosa